

Academia Brasileira de Ciências, t. 6, n. 1, 1934, p. 41.

²¹ Cf. Luciene Pereira Carris Cardoso, Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: espelho das tradições progressistas (1910-1945), op. cit., p. 87-91.

²² Cf. Conselho Nacional de Geografia. "Resolução nº 22, de 18 de julho de 1838". Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, nº 3, p. 143, jul. set. de 1939. Ver, também, SGRJ. Anais do 9º Congresso Brasileiro de Geografia, Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do IBGE, vol. 1, 1941, p. 64.

²³ Ver Sérgio Luiz Nunes Pereira, Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: origens, obsessões e conflitos (1883-1944). Tese (Doutorado) - Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade de São Paulo, 2002.

²⁴ Além de Maria da Conceição, em 1944, foram admitidas as seguintes sócias: Iolanda Rabelo de Sousa Ferreira, Judite Valadares Salgado, Maria de Lourdes Jovita, Julieta de Aragão Silveira, Isa Adonias e Isabel D' Aartayette Dias.

²⁵ Ver, SBG, "Relatório das atividades da Sociedade durante o ano de 1945". Revista da SBG, Rio de Janeiro, t. 53, 1946, p. 130 e p. 139.

²⁶ Cf. Mário Augusto Teixeira de Freitas, "Carta de (...) aos jornais do Brasil sobre a Construção do Silogeu Brasileiro, 13 de julho de 1940". Arquivo Nacional, Coleção Mário Augusto Teixeira de Freitas, SG.D/1.828; Ver também, "Decreto-Lei n. 2326 de 10 de junho de 1940". Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, v. 2, n.3, jul./set., 1940, p. 504.

²⁷ Vale acrescentar que Macedo Soares também participou de outras associações científicas e culturais brasileiras e estrangeiras, a exemplo da Academia Internacional de Diplomacia, da Ordem dos Advogados de São Paulo, da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnografia, do Liceu Literário Português, da Academia Brasileira de Filologia e da Academia Paulista de Letras, do Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay, da Academia Uruguaya de Letras, da Academia Argentina de Letras, da Academia das Ciências de Lisboa, da Real Academia de História de Portugal e da Sociedade de Geografia de Lisboa, entre outras.

²⁸ Enéas Martins Filho, "Resenha Biográfica". IHGB, Revista do IHGB, Rio de Janeiro, v. 279, abr./jun., 1968, p. 47.

²⁹ SBG, "Relatório das atividades da Sociedade durante o ano de 1945". Revista da SBG, Rio de Janeiro, t. 53, 1946, p.133.

³⁰ SBG, "Cursos de aperfeiçoamento para professores de geografia do ciclo secundário". Revista da SBG, Rio de Janeiro, 1946, t. 53, p.74.

³¹ As modificações foram realizadas nos anos de 1886, 1910, 1918, 1924, 1936 e 1940.

³² SBG, "Relatório das atividades da Sociedade durante o ano de 1945". Revista da SBG, Rio de Janeiro, t. 53, 1946, p.133.

O homem, o papel e a estrela: de como o exército revolucionário do povo escreveu aos argentinos

Marina Maria de Lira Rocha*

BREVE RELATO SOBRE O EXÉRCITO REVOLUCIONÁRIO NA ARGENTINA

Refletir sobre o *Partido Revolucionário de los Trabajadores - Ejército Revolucionario del Pueblo* (PRT-ERP) é conjecturar sobre políticas e práticas na América Latina dos anos 1970. As guerrilhas e ideias de libertação pela guerra popular surgem como estratégias à singularidade do território latino-americano, mobilizando a denominada segunda geração castrista — Tupamaros, no Uruguai, o MIR, no Chile, o ERP, na Argentina, etc. — que reacendem a luta por liberdade, principalmente, a partir da concepção de Che Guevara.¹

Na Argentina, é o *Cordobazo*² que guia a confirmação da alternativa de alguns grupos políticos pela luta armada, como o caso do PRT, partido este conformado, em 1965, por uma junção do movimento indoamericanista FRIP e a corrente trotskista *Palabra Obrera*. Em 1970, durante o Vº Congresso do Partido, uma fissura, ocasionada pela oposição entre duas vertentes discordantes quanto os meios de promoção da revolução socialista — *El Combatiente* (PRT-EC), ala que transitava entre a concepção trotskista, guevarista e militarista, aproximando-se do castrismo, e *La Verdad* (PRT-LV), orientada pelo trotskismo e contrária à guerrilha — originou o PRT-ERP. O grupo EC instituiu, então, o Exército Revolucionário, afirmando a necessidade do proletariado de armar-se para contestar à violência capitalista:

[...] nuestras acciones tienen un objetivo principal: despertar la conciencia popular y mostrar a todas las patriotas el camino para acabar con la explotación, el hambre, la miseria a que nuestro pueblo se ve sometido.³

Estes “Desobedientes Armados”⁴ necessitavam, assim, investir na propagação dos ideários e no convencimento da população para integrar-se à luta política, seja em seu desempenho legal, através do Partido e de suas frentes de mobilização, ou clandestino, pelo Exército Revolucionário. Logo, o objeto de análise deste trabalho são os impressos como vinculação entre esta organização política e os argentinos, principalmente em um período essencial de crise, entre junho de 1975 e março de 1976, no qual se desempenha uma aprofundada disputa pelo apoio da opinião pública.⁵ Um dos principais argumentos expostos, na época, e utilizados por diversos contingentes nessa disputa referia-se a violência como método de ofensiva ou repressão dos movimentos políticos.

Após a morte de Perón⁶, em julho de 1974, as associações de luta armada argentinas tornaram-se mais combativas, investindo em uma maior militarização, a fim de intensificar suas ações contra o governo e acelerar a insurreição das massas. Nesse momento, o ERP realiza diversas atividades para angariar recursos à guerrilha, instalada em Tucumán, desde maio de 1974, com a Companhia Jamón Rosa Jimenez, e propagar o movimento junto à população, com assaltos a bancos, seqüestros, roubos para redistribuição, tomadas de quartéis, ajusticiamentos, etc.

A fim de conter a refutação, o governo de Isabel Perón aprofunda e oficializa a proposta de aniquilação dos “elementos subversivos” presentes na sociedade. Em setembro de 1974, cria a Lei Anti-subversiva, impondo penalidades às “atividades subversivas em todas as suas manifestações”, a fim de promover uma maior “segurança nacional”. Tal lei estabelecia prisões para aqueles que alterassem com finalidade ideológica, por qualquer meio, a ordem constitucional e a paz social da Nação; àqueles que divulgassem e propagassem instruções com o objetivo de doutrinação; aos que tornassem público a apologia da subversão; indivíduos que possuíssem, imprimissem, editassem, distribuíssem ou subministrassem qualquer material impresso

ou gravado que propagava feitos, comunicações ou imagens das condutas subversivas; aos que, sem autorização, possuíssem meios de comunicação ou emblemas, insígnias ou distintivos das Forças Armadas e organizações subversivas; aos membros do conflito laboral que não cumprissem as determinações de ilegalidade das greves; às pessoas que por qualquer razão dissimulassem sua identidade; e aos responsáveis pela comunicação que informassem ou propagassem feitos, imagens ou comunicações das condutas subversivas.⁷

Declara-se, em novembro, o Estado de Sítio no país (cuja duração perpetuou toda a Ditadura até 1983) sob a alegação de que os feitos destes “elementos subversivos” se agravavam com “ameaças à vida, à tranquilidade e ao bem-estar de todos os lares argentinos” e de que era dever do Estado Nacional “erradicar expressões de uma barbárie patológica que havia desatado como forma de plano terrorista e criminal.”⁸

No mesmo mês, estipulou-se à polícia funções de perseguição imediata a delinqüentes ou suspeitos de delitos graves, de realização de observações e vigilância, tal como a qualificação de pessoas dedicadas a uma atividade que a polícia precisaria prevenir ou reprimir, e a prisão daquelas com antecedentes ou vida duvidosa, quando não identificadas.⁹ Esta legislação foi ampliada em setembro de 1975 na qual se estabeleceu maiores funções às Direções Gerais dos serviços de Segurança, de Investigações e de Informações.¹⁰

Assim, aprofundaram-se ações de repressão em pontos específicos do país, principalmente a partir de intervenções em sindicatos e universidades fundamentadas em decretos governamentais.¹¹ Em 5 de Fevereiro de 1975, as atuações expandiram-se para o campo, levando à província de Tucumán operações militares conjuntas as polícias federal e provincial – *Operativo Independencia* – com o objetivo de erradicar a subversão promovida pelo ERP,¹² inaugurando a instituição de Centros Clandestinos de Detenção.

Mais três outros decretos são instituídos, em 6 de outubro de 1975, nos quais se cria o *Consejo de Seguridad Interna* presidido pela presidente, ministros e generais das Forças Armadas. Ao conselho era designada a direção, coordenação e execução de todos os esforços pela luta contra a subversão, subordinando as instâncias de repressão para este fundamento.¹³ Com a finalidade de por em prática o Conselho, o Exército desenvolve uma diretriz para luta contra a subversão, em outubro de 1975, que analisa a situação do inimigo, suas estratégias e manifestações na Argentina. Neste sentido, estabelece a missão e as prioridades de ações, dividindo o país em zonas para operações, sendo Tucumán o grande alvo.

A repressão institucional foi alargada com a participação de grupos clandestinos paramilitares, que se dedicavam ao aniquilamento do "inimigo subversivo" utilizando-se de métodos de extermínio e desaparecimento. Entre eles, o mais conhecido é a *Alianza Anticomunista Argentina (Triple A ou AAA)*, cujo líder era o ministro de Bem-Estar Social do governo, López Rega; o homem-chave, o chefe da Polícia Federal e oficial especializado em contra-insurgência, Alberto Villar; e os integrantes, membros do governo, das Forças Armadas e das polícias. A campanha contra a subversão foi impulsionada também por diversas organizações legais, dentre elas essencialmente empresas e sindicatos de trabalhadores aliados ao governo, que divulgavam a rejeição deste "mundo terrorista".

No final de 1975, a guerrilha rural, que jamais havia obtido o controle do território provincial tucumano, estava desarticulada, as baixas no PRT-ERP aumentavam e a unidade do Partido em torno de forças democráticas, através da *Frente Antiimperialista y por el Socialismo e do Movimiento Social de Base*, tornavam-se inoperáveis devido a repressão. O ERP, em 23 e 24 de dezembro de 1975, tentou uma intervenção de assalto ao quartel de Monte Chingolo e a tentativa de controle da zona sul de Buenos Aires, que possuía mais de dois milhões de habitantes. Houve

o fracasso da operação, pois foi descoberta, transformando a derrota militar e a morte de diversos combatentes em derrota política.

*En los últimos meses empezamos a recibir un reflujo de masas. Las huelgas y movilizaciones se fueron reduciendo. La represión hizo cada vez más dura. Eso dificulta enormemente las células del Partido en la ciudad.*¹⁴

Em 19 de julho de 1976, em Villa Martelli, os membros fundadores e parte da Direção Central do PRT, Mario Roberto Santucho (Robi) e Benito Urteaga (Mariano), foram assassinados, enquanto Domingo Menna, sequestrado e levado ao Centro de Detenção Clandestino Campo de Mayo, onde desapareceu. Para os elementos do PRT, depois do golpe militar permaneceu a espera pelo risco, pelo medo ou pela morte.

O HOMEM COMBATENTE

Instrumento de formação de militantes de vanguarda, El Combatiente foi um jornal criado em 1968, dirigido a setores ativos politicamente e distribuído em clandestinidade, excetuando os períodos de junho a setembro de 1973, no qual, aproveitando a legalidade, foi vendido em vias públicas. Era editado em impressões próprias do Partido, havendo uma campanha de se chegar aos 10000 periódicos e melhorar a repartição no país.

Este periódico publicava regularmente artigos afirmando a vanguarda do Partido na luta revolucionária argentina, explicando intervenções em outras realidades e justificando suas ações armadas com casos concretos como a guerra do Vietnã, a Revolução Russa, Chinesa, Cubana. Concomitantemente, exaltava o heroísmo e os sacrifícios do povo para atingir o socialismo, disseminando textos de Lênin, Che Guevara, Mao, Ho Chi Min, entre outros.

En este marco consideramos que el Partido Revolucionario de los Trabajadores (PRT) surge como el Partido marxista-leninista de combate que ha sabido, a través de una línea correcta, ligarse a las masas, nutrirse de ellas y comenzar a gestar los estratégicos instrumentos revolucionarios. El Ejército Revolucionario del Pueblo (ERP) ha fortalecido las armas populares, logrando pasar a etapas superiores de combate como son las tomas de cuarteles y la existencia de la Compañía de Monte, hito histórico de la revolución socialista en Argentina. Los revolucionarios debemos analizar rigurosamente las diferencias que han impedido hasta hoy nuestra incorporación a esta organización, encuadrando en ese análisis cuál es el rasgo principal de la línea del PRT de su conducción y su programa.¹⁵

Diversos incisivos propunham a moral do homem combatente, condenando o individualismo e isolacionismo de diversos outros movimentos, os desvios pequeno-burgueses de alguns partidos, e a falta de democracia no país, recomendando um modelo de nova moral para o novo homem. Nesta construção da nova sociedade, rememorava diversas vezes *El Combatiente* a necessidade do Partido e do Exército Revolucionário, remetendo-os ao papel de vanguarda na luta política, canalizando o potencial revolucionário e propagando as ideias socialistas para impulsionar as massas:

Es tarea fundamental del presente fortalecer las perspectivas de democratización en torno de un programa básico por la libertad de los presos políticos, la derogación de la legislación represiva, la eliminación del terrorismo de las Tres A y salarios dignos para los trabajadores. [...] es tarea primordial de los revolucionarios forjar y fortalecer la unidad, creando un núcleo frentista proletario y popular [...] Mantener e intensificar la lucha política y armada, hostigando al enemigo para obligarlo a ceder. Multiplicar la difusión de las ideas revolucionarias del Partido, llevando su línea a las masas en forma intensa y variada. [...] Nuestro Partido y nuestro Ejército Guerrillero rebosantes del ardor y combatividad, pondrá todo de sí para canalizar con efectividad el inmenso potencial revolucionario de las masas, pondrán todo de sí por estar a la altura de las circunstancias.¹⁶

O PRT coloca-se, portanto, como impulsionador e multiplicador da verdadeira luta política revolucionária (“as ideias revolucionárias do Partido”) em oposição às distintas posições políticas democráticas ou não. Denuncia a repressão e a violência promovida por ela como terrorista tornando inverso o discurso oficial de “luta contra a subversão”. Assim, justifica a intensificação da luta política e armada que teria como fim “obrigar o inimigo a ceder”, um inimigo identificado como *Trés A*, Forças Armadas e governo (através da legislação repressiva), e dirigindo as ideias revolucionárias da massa.

O PAPEL DAS SOLICITADAS

As solicitadas são espaços para comunicados comprados ou obtidos por relações políticas em periódicos de lógica comercial, que propagam discursos e discussões abertas entre organizações ou pessoas físicas. Estão constantemente se dirigindo à opinião pública, desenvolvendo seus argumentos, com o objetivo de convencer o destinatário da mensagem.

Elas devem ser analisadas, portanto, diferentemente do conteúdo e da linha editorial do jornal e como forma de expressão mais ampla das organizações publicadoras que se dirigiam a um público nem sempre participante da atividade política que é movida. Este é o caso dos comunicados publicados pela *Frente Antiimperialista y por el Socialismo* (FAS) encontrados no periódico *La Opinión*.¹⁷

A referida Frente Popular, criada em 1973, na cidade de Villa Luján, em Tucumán, era composta inicialmente pelos movimentos da *Frente Revolucionaria Peronista*, *Ejército Libertación Nacional*, *Partido Intransigente*, *Partido Comunista Marxista Leninista*, *Partido Socialista de los Trabajadores*, *Política Obrera*, *Peronismo de Base*, *Grupo Espartaco*, *Orientación Socialista*, *El Obrero*, e PRT-ERP. Seu programa continha demandas antiimperialistas, democráticas e socialistas,

propondo, principalmente, o rompimento dos compromissos e pactos econômicos, políticos e militares feitos com o Império Norte Americano.

Com a obtenção, contudo, por membros do PRT de sua liderança e as diferenças entre este Partido e outros integrantes, foram delineando-se atitudes sectárias e reconhecendo-se na FAS as propostas do PRT-ERP. Este, por sua vez, utilizava-a como estrutura legal, ferramenta política do partido, que o permitia utilizar os espaços democráticos.¹⁸ Segundo Antognazzi, a frente foi um acionar político menos conhecido, conjuntamente ao *Movimiento Social de Base* de 1974.¹⁹

Durante o governo de Isabel, a FAS, já liderada pelo PRT-ERP, passa a descrever o peronismo como entreguista e repressivo, afirmando sua luta pela democracia e contra a classe exploradora.²⁰ Desta forma, a Frente publica no *La Opinión*, em duas oportunidades, durante o período estudado: 13 de agosto e 22 de outubro de 1975.²¹ Em ambas *solicitadas* explicitam suas concepções sobre a democracia, associando o governo e ações repressivas à arbitrariedade e à necessidade de uma frente de massa para combatê-las.

La Argentina vive momentos de importantes definiciones. Las voces oscuras de la reacción, las voces de los monopolios imperialistas, claman en todas partes por más y más represión, exigen que no se aumenten los salarios de los trabajadores y utilizan apocalípticas invocaciones o derramar sangre de argentinos reincidiendo en la insensata amenaza de militarizar la vida nacional. [...] Las Tres A y las bandas asesinas, que se pensó quedarían en el triste recuerdo de lo que nunca debió existir en el país, pese el escandaloso retiro de su ex jefe continúan gozando de impunidad mientras esparcen su saña criminal por toda la República. No hay democracia en un país donde hay una violencia protegida. [...] No hay democracia donde un delegado obrero no puede reclamar por las reivindicaciones salariales y laborales sin ser salvajemente asesinado. Recientemente cegaron la vida de un político y abogado radical rosarino, una pareja de médicos en Córdoba, a una joven embarazada en la Federación Juvenil Comunista y asesinaron con bombas destruyendo y

*saqueando domicilios y sedes gremiales, como la casa del Maestro en Rosario y sembrando cadáveres por todo el país. No hay democracia cuando la prensa, la cultura y el arte se deben ejercer bajo amenazas constantes y atentados. No hay democracia cuando toda una familia es asesinada por haber tenido un hijo guerrillero hace tres años. No hay democracia cuando miles de argentinos están privados de su libertad sin que juez alguno haya determinado sus condenas y padeciendo los sistemas carcelarios más inhumanos y las torturas más crueles que se tenga conocimiento en nuestra historia. [...] Todo el espejismo represivo en el que se crea como posible salida, sobre la base de desconocer los derechos humanos y negar la democracia es la derrota segura de quien lo intenten. Comenzaron reprimiendo a unos y terminaron reprimiendo a todos, y por ella, tendrán la respuesta de todos. [...] Ningún argentino cualquiera sea su condición ha de seguir por lo desfiladero suicida a que pretenden conducirnos los mentores de la represión.*²²

A Frente defende, então, que a violência dos monopólios imperialistas é indiscriminada e injusta, pois não promove nada além da repressão, da queda do bem-estar social, da militarização da vida dos indivíduos e da quebra da legalidade democrática. Ao promover o outro político como “bandas assassinas”, praticantes de uma “violência protegida”, “inumanos”, “torturadores”, “desconhecedores dos direitos humanos” e “negadores da democracia”, legitimam sua própria luta política, instigando uma resposta. Vê-se, então, a inversão do discurso de “terrorismo”, passando o terror a ser praticado por aqueles que se diriam protetores da sociedade, enquanto os contingentes reprimidos por serem “subversivos” (sindicalistas, comunistas, guerrilheiros), vítimas desse “derramamento de sangue”.

A ESTRELA VERMELHA NO UNIVERSO REVOLUCIONÁRIO

O *Estrella Roja*, instrumento oficial do ERP para propagandar a Revolução e vincular a guerrilha ao povo, foi publicado entre os anos 1970 e 1977 na Argentina. O jornal era clandestinamente distribuído nas portas das fábricas e nas ruas

das cidades pelos militantes, como parte das tarefas que lhes eram apontadas, com exceção do período de legalidade entre junho e setembro de 1973.²³ Suas tiragens e distribuição eram proporcionadas pelo Partido, com grandes falhas na regularidade da publicação.²⁴

O jornal possuía a clara posição de condução ao apoio da população para o referido Exército, como personagem coletivo principal da luta pela Revolução Socialista na Argentina. Neste sentido, o *Estrella Roja* reforça em suas reportagens a campanha de vinculação da imagem do inimigo aos agentes repressores que ora são as Forças Armadas, ora o patrão e, por vez, o imperialismo norte-americano – setores estes nitidamente comportados dentro da luta de classes.

A população é estimulada, pois, em suas matérias não assinadas, a ingressar na luta intercontinental contra o inimigo ou apoiar àqueles que pegavam em armas para libertá-los. Desta forma, o guerrilheiro era exposto com a imagem do homem jovem, praticante da justiça social e detentor da moral revolucionária. Homens que haviam lutado pela libertação da América e guerrilhas exteriores eram anunciados pelo jornal, criando uma imagem do guerrilheiro heróico e valorizando o emblema “*Vencer o morir por la Argentina*”.

Esta imagem integralizava a luta e mobilizava a publicação, cujo incentivo ao ingresso na luta armada nem sempre possibilitava uma compreensão da política proposta pelo Partido.²⁵ Há, por exemplo, objetos de publicação com estilo passo-a-passo e figuras explicativas que ensinavam a população a construir coquetéis *molotovs* ou armamentos de variados portes sem explicar o porquê de realizá-los.

Suas reportagens descreviam também operações realizadas com sucesso e distribuições ao povo de materiais apropriados pelos guerrilheiros, que confirmavam a proposta de humanidade do Exército Revolucionário. Tal ideia era reafirmada, ainda, pelas publicações de cartas na seção

Cartas desde el Monte, enviadas por indivíduos que lutavam na guerrilha tucumana enaltecendo a luta e a vida guerrilheira. Havia ainda cartas escritas por moradores da região agradecendo a existência da guerrilha e seus homens que lutavam contra a opressão ou relatando a relação amistosa entre eles e o povo, em contraposição ao ódio pelo inimigo que lhes roubava, torturava e ameaçava.

*Allí donde la camarilla de delinquentes en el poder ha fracasado, los mandos castrenses, olvidando las derrotas sufridas recientemente a manos del pueblo, creen poder triunfar. Pero frente a ellos y sus siniestros planes se levantan hoy en nuestra Patria [...] la fuerza revolucionaria de la guerrilla y de las masas argentinas movilizadas.*²⁶

Sob a analogia de “delinquentes fracassados com planos sinistros para o país”, o *Estrella Roja* propalava o caráter contra-revolucionário do governo peronista, dos militares e daqueles que o apoiavam, afirmando haver uma institucionalização da violência. Afiançando que “Ao terror se respondia com terror”, contestava os crimes contra o povo com a execução de empresários, funcionários do governo, burocratas sindicais, oficiais das Forças Armadas e da polícia, e juizes; assaltos a quartéis para obtenção de armamentos e seqüestros de pessoas para angariar fundos à guerrilha.²⁷ Objetando violentamente, contudo fundamentados na justiça, diferencia os meios propalados dos fins propostos.

CONCLUSÃO: COMO PRT-ERP ESCREVEU AOS ARGENTINOS

*Frente a la mentira sistemática y reaccionaria utilizada por el enemigo para ocultar sus derrotas y evitar que nuestro pueblo tome conocimiento de los avances de la guerrilla, debemos desplegar más enérgica y masiva propaganda revolucionaria [...] haciendo circular audazmente la prensa clandestina.*²⁸

Concebe-se nos três momentos analisados a proposta do PRT-ERP em pretender figurar-se como dirigente no processo revolucionário, com o papel de realizar a guerrilha e promover a educação e a organização das massas. Educar e conscientizar a população eram, pois, tarefas centrais do partido para vencer a guerra contra a burguesia e, neste sentido, a produção de jornais e a publicação de comunicados eram os componentes que tornavam público o Partido e o Exército, ambos clandestinos por impetrar a natureza bárbara prevista na Lei Anti-Subversiva.

O homem combatente era instruído pelo jornal *El Combatiente* e suas análises teóricas mais aprofundadas, que interpretavam a situação do país a partir da perspectiva do Partido. Neste sentido, trazia textos mais extensos e reportagens sobre revoluções socialistas em todo o mundo. Além disso, as análises políticas feitas no Editorial, seja por Urteaga ou Santucho, explicavam a situação contemporânea e incitavam aos membros do PRT perceber-se enquanto vanguarda da luta socialista no país.

Aqueles leitores, que desnecessariamente estavam ligados ao Partido, o PRT-ERP utilizou sua ferramenta legal (FAS) para assinar textos teoricamente menos densos, contudo, explicativos e alusivos a fatos contemporâneos. Estes textos, não remissivos explicitamente às tarefas e ações do Partido, podem ser explicados pelo caráter de proibição de circulação das publicações de imagens, feitos ou comunicações das “condutas subversiva”, tácito no texto da Legislação.

Utiliza-se, entretanto, de um vocabulário em disputa na época, como democracia, violência, liberdade, direitos humanos, e etc., para marcar a posição sem propagandear suas ações, mostrando-se ciente do momento decisivo que se vivia na época. Assim, descreve situações presentes no país, indicando a face de uma violência injusta e cruel, em oposição à democracia e liberdade defendida pelo Partido.

Com o *Estrella Roja*, criava-se o imaginário da guerrilha: heróis lutando pelo povo em uma guerra que se dava em toda América Latina. As reportagens, menores, algumas com fotografias outras com desenhos ou listas de apropriações, levavam a imagem da moralização e justiça do guerrilheiro e da luta que o exército revolucionário estava travando. Assim, a forma de escrita recorria constantemente a vocabulários militares, que incitavam a visão nítida da dicotomia entre nós (bem) versus eles (mal/inimigos).

Todas as três publicações traziam a concepção da violência como um meio importante para a vitória da revolução. Entretanto, vivenciada enquanto um fim, como no caso dos “repressores do povo”, ou como um meio de manter o sistema capitalista – originalmente violento – é observado por ato injusto e desumano, tomando as propostas da luta antissubversiva ao revés - o inimigo perigoso não seria o perseguido, mas aqueles que propunham a perseguição.

Grupos sociais distintos utilizam-se das mesmas palavras para designar elementos diferentes, criando significações dialéticas para um mesmo termo, já que o uso destes remete-se sempre a refração da atividade ideológica.²⁹ É neste sentido que se analisa a utilização de termos semelhantes, entretanto com significações opostas, que ora propagam a transformação do homem e do coletivo social, ora convencem das condições ideais sob o capitalismo. Portanto, refletir sobre os discursos da Argentina sob o governo de Isabel Perón, em pleno contexto de disputas, é elaborar a dialética dos signos escritos, como materiais para a constituição da ideologia, e verificar que neles se refratam as lutas reais e contemporâneas.

Notas e Referências

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da UFF. Pesquisa financiada pela CAPES.

- ¹ SANTUCHO, Julio. *Los últimos Guevaristas: la guerrilla marxista en la Argentina*. Buenos Aires: Artes Gráficas, 2005.
- ² Manifestações de massa ocorridas em 1969, na cidade de Córdoba, contra políticas econômicas tomadas pelo governo de Onganía. Tais atividades de luta tiveram como formas de ação o combate direto e as barricadas.
- ³ ERP, "Resoluciones del V Congreso del PRT", *El Combatiente*, 1973.
- ⁴ Termo utilizado por Pilar Calveiro para designar grupos que promoviam guerrilhas urbanas ou rurais na Argentina. Ver: CALVEIRO, Pilar. *Política e/o violência: una aproximación a la política de los 70*. Buenos Aires: Grupo editorial Norma, 2005.
- ⁵ Em junho de 1975, ocorrem diversas manifestações contra o governo peronista e suas políticas econômicas – denominado *Rodrigazo* – que culminam na crise social, finalizando-se com o golpe de março 1976.
- ⁶ O governo é assumido por María Estela Martínez de Perón (Isabel Perón), como "herdeira política" do Partido Justicialista e do Peronismo.
- ⁷ Lei N°20840 de 30 de setembro de 1974.
- ⁸ Decreto N°1368 de 7 de novembro de 1974.
- ⁹ Lei N° 8268 de 13 de Novembro de 1974.
- ¹⁰ Lei N° 9102 de 12 de setembro de 1975.
- ¹¹ Houve intervenções por decretos, por exemplo, nas universidades de La Plata, Salta, Córdoba, Entre Rios, San Juan e Buenos Aires.
- ¹² Decreto N°261 de 5 de fevereiro de 1975.
- ¹³ Decretos N°2770; 2771 e 2772 de 6 de outubro de 1975.
- ¹⁴ Parte da conversa que Julio Santucho teve com seu irmão Mario Roberto em 31 de dezembro de 1975. SANTUCHO, Julio. Op. Cit. pp.199-200
- ¹⁵ PRT, "Documento de incorporación al PRT de las FAL Columna Inti Peredo 2", *El Combatiente*, 02/06/1975.
- ¹⁶ PRT, "Ante las posibilidades democráticas forjar y fortalecer la unidad", *El Combatiente*, 21/07/1975.
- ¹⁷ Fundado em 1971 pelo jornalista ucraniano Jacobo Timerman, teve duração de 6 anos. Era um periódico diário, com exceção da segunda-feira, voltado para a classe média, principalmente, jovens universitários. Em 1977, foi fechado pela ditadura por praticar "terrorismo periodístico".
- ¹⁸ FLORES, Sebastián Levia. *Teoría y práctica del poder popular: los casos de Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR, Chile, 1970-1973) y Partido Revolucionario de los trabajadores – Ejército Revolucionario del Pueblo (PRT-ERP, Argentina, 1973-1976)*. 2007. 237 f. Tese (Mestrado em História da América). Universidad Santiago del Chile, Santiago del Chile. (pp.207-216)
- ¹⁹ ANTOGNAZZI, Alicia. Op. Cit.
- ²⁰ FLORES, Sebastián Levia. Op. Cit.

- ²¹ Em 16 de agosto houve um enfrentamento entre ERP e Exército na localidade de Las Mesadas, e em 17 de outubro, o ERP emboscou um pelotão em atividades de patrulhagem nas proximidades de Los Sosas. Não há, entretanto, indicações nas solicitadas dessas operações.
- ²² FAS, "Sin democracia no habrá pacificación". Solicitada no *La Opinión* em 22/Outubro/1975. p.21.
- ²³ Os exemplares trabalhados tratam-se da edição feita, posteriormente, pela INFOBAE e que se encontram na Biblioteca Nacional de Buenos Aires.
- ²⁴ SANTUCHO, Julio. Op. Cit.
- ²⁵ POZZI, Pablo. *Histórias del PRT-ERP II*. Entrevistas con Humberto Tumini. Buenos Aires: Imago Mundi, 2008.
- ²⁶ ERP, "Ante un nuevo intento golpista", *Estrella Roja*, 29/12/75.
- ²⁷ Um estudo completo sobre os ajusticiamento foi feito por Vera carnovale, intitulado "En la mira perretista: las ejecuciones del largo brazo de la justicia popular".
- ²⁸ ERP, "Generalización de la guerra revolucionaria", *Estrella Roja*, 17/11/1975.
- ²⁹ BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 1981.